ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Gestão e Administração, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do funcionário nomeado.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, provida anteriormente em regime de comissão de serviço por um ano, nos termos do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Curriculum vitae

Victor Manuel Bastos Baptista, nascido em Vilar Formoso, em 25 de Julho de 1962.

Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (vertente de Ciências Político-Económicas e Relações Internacionais) (1985) e pós-graduado em Estudos Europeus pelo Instituto de Estudos Europeus da Faculdade de Direito de Lisboa (1992).

Exerceu advocacia até 1994 e leccionou as disciplinas de Introdução ao Direito, Legislação Social e Sistemas Políticos (entre 1991 e 1996) e de Princípios Associativos e Cooperativismo (entre 1991 e 1994) na Escola Superior de Educação Jean Piaget.

Ingressou no Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e Segurança Social, em Abril de 1994, na Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento das Relações de Trabalho, onde desenvolveu a sua actividade até Outubro de 1996, data em que foi nomeado adjunto do Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira.

Director de serviços de Gestão e Administração da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, cargo que vem exercendo ininterruptamente desde 2000; foi ainda chefe de divisão de Apoio Técnico à Gestão do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, entre Outubro de 1999 e Abril de 2000.

É representante do Serviço na Comissão Consultiva para a Formação e no Projecto de Compras Electrónicas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

No ano de 1996, em co-autoria, publicou *Flexibilização do Mercado de Trabalho — Algumas Considerações sobre a Necessidade de um Novo Regime Jurídico da Cessação do Contrato de Trabalho* (1996).

Foi objecto de um louvor do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, em 1997.

Despacho n.º 5703/2006 (2.ª série). — *Despacho de nomeação no cargo de direcção intermédia do 1.º grau de directora de serviços de Estatísticas Conjunturais.* — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Maria do Céu Rosa Godinho, assessora principal do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau de directora de serviços de Estatísticas Conjunturais, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da funcionária nomeada.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, provida anteriormente em regime de comissão de serviço por um ano, nos termos do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Nota biográfica

Maria do Céu Rosa Godinho nasceu em Tomar em 3 de Março de 1954. Licenciou-se em Finanças, no ano de 1976, pelo então Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Ingressou no Serviço de Estatística do então Ministério das Corporações e da Segurança Social, em Fevereiro de 1974, como técnica auxiliar. Em Março de 1978 integrou a carreira técnica superior. É assessora principal do quadro do ex-Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, categoria que detém desde 1991, exercendo actualmente o cargo de directora de serviços de Estatísticas Conjunturais.

De 1978 a 1987, exerceu funções de técnica superior, com destaque para o trabalho desenvolvido integrando a equipa responsável pelo tratamento estatístico dos quadros de pessoal, nomeadamente a contratação colectiva, na divulgação de informação estatística e assessoria técnica à Direcção e fornecimento de informação a organismos internacionais (CEE, OIT, OCDE) e integrando a comissão executiva da 2.ª RIESLOP (Reunião Internacional sobre Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa). A partir de 1988 coordenou o Núcleo de Inquéritos de Salários, tendo sido responsável pela implementação no ex-Departamento de Estatística das operações «Inquérito aos ganhos e duração do trabalho», «Taxa de salário por profissões e inquérito comunitário ao custo da mão-de-obra».

Em 1992 foi nomeada chefe de divisão na área de inquéritos, funções que desempenhou até 2000. Foi responsável pelos inquéritos realizados no Departamento nos domínios do emprego estruturado, remunerações e custo da mão-de-obra, condições de trabalho nas empresas e formação profissional, abrangendo nesta área as operações junto das empresas e junto dos indivíduos. Nas áreas de concepção, tratamento e divulgação das operações estatísticas procedeu à implementação, a nível nacional, de legislação específica comunitária.

Em 2001 foi nomeada directora do Serviço de Coordenação do ex-Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP), tendo também sob a sua responsabilidade as operações estatísticas sobre remunerações efectuadas pelo Departamento, funções que exerceu até 2001.

Desde 2002 até Junho de 2003, no âmbito da integração do ex-DETEFP na actual Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, coordenou a Direcção de Serviços de Inquéritos.

Em Junho de 2003 foi nomeada directora de serviços de Estatísticas Conjunturais, cargo que desempenha até à actualidade.

Desde 1987 tem participado, como representante da actual DGEEP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos grupos de trabalho a funcionar no âmbito do EUROSTAT na área de remunerações e custos do trabalho, e ainda na área do emprego.

Representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social em vários grupos de trabalho na área do trabalho, emprego e formação profissional, no âmbito do Conselho Superior de Estatística, sendo actualmente presidente do grupo de trabalho estatísticas do trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Desenvolveu vários projectos de cooperação na área das estatísticas do emprego, remunerações e formação profissional nos PALOP.

É autora e co-autora de várias comunicações e estudos publicados, nas áreas do mercado do trabalho e da formação profissional.

Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Aviso n.º 3026/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Fevereiro de 2006, no uso de competência delegada, e ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 2 do despacho n.º 22 419/2004, de 15 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 258, de 3 de Novembro de 2004:

Paula Cristina Lourenço Andrade, assistente administrativa principal do quadro de pessoal desta Inspecção-Geral — nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe do mesmo quadro de pessoal, após reclassificação profissional. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2006. — A Subinspectora-Geral, *Mafalda Bettencourt.*

Inspecção-Geral do Trabalho

Aviso n.º 3027/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do inspector-geral do Trabalho de 23 de Fevereiro de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de delegado-adjunto da Delegação de Lisboa do quadro de pessoal do ex-IDICT.

2 — Área de actuação a referida no n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

3 — Requisitos legais de provimento — podem candidatar-se funcionários públicos que possuam:

Licenciatura;
Quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.

4 — Perfil do candidato — funcionários dotados de experiência no âmbito da administração do trabalho, competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo para a prossecução das competências constantes no n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — Métodos de selecção — cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido ao inspector-geral do Trabalho, acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae,* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
d) Declaração actualizada, emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
e) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

7 — Os eventuais candidatos que exerçam funções na Inspecção-Geral do Trabalho estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do número anterior.

8 — As candidaturas poderão ser entregues em mão na Inspecção-Geral do Trabalho, sita na Praça de Alvalade, 1, 1749-073 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, ou remetidas pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para aquela morada, desde que expedida até ao termo do referido prazo.

9 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Ângela Neto, subinspectora-geral do Trabalho.
Vogais:

Prof. Doutor José João Abrantes, professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
Dr.ª Maria de Lourdes Pisco, directora de serviços da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

24 de Fevereiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho.*

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Direcção de Serviços de Pessoal

Rectificação n.º 372/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 20, de 27 de Janeiro de 2006, a p. 1305, o despacho n.º 2228/2006, de 9 de Janeiro, rectifica-se que onde se lê «técnica superior principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional» deve ler-se «assessora do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional».

23 de Fevereiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas.*

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real

Aviso n.º 3028/2006 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foram elaboradas e aprovadas as listas de antiguidade do pessoal do Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real em relação a 31 de Dezembro de 2005, encontrando-se as mesmas patentes nestes serviços, a fim de possibilitar a consulta dos interessados.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma legal, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

22 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director, o Adjunto, *Francisco J. F. Rocha.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5704/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, exonero, por mera conveniência de serviço, o licenciado António Rui Diógenes de Noronha e Ferreira do cargo de vogal do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2006, inclusive.

14 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Despacho n.º 5705/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, exonero, por mera conveniência de serviço, o licenciado José Carlos Gonçalves Júnior do cargo de presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2006, inclusive.

14 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Despacho n.º 5706/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 57/2005, de 20 de Janeiro, dou por findo, a seu pedido, o mandato do Prof. Doutor Rui Manuel Martins Victorino como membro da Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC), para o que havia sido nomeado pelo despacho n.º 3568/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 34, de 17 de Fevereiro de 2005.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

17 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Despacho n.º 5707/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria José Laranjeiro Alfaiate, assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Saúde, para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito das suas qualificações académicas e profissionais, na área dos assuntos europeus e relações internacionais.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006, sem prejuízo de o presente despacho ser revogável a todo o tempo.

3 — É atribuída à nomeada uma remuneração mensal equiparada à estabelecida por lei para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo os subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono a título de suplemento mensal por despesas de representação, usufruindo também das demais regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes ministeriais.

17 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos.*

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde

Despacho n.º 5708/2006 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 1919/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 2004, ficou suspensa a apresentação de candidaturas à medida n.º 3.1 do Programa Operacional Saúde (Saúde XXI), na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Decorridos mais de dois anos sobre a referida suspensão, constando-se que, em resultado do agrupamento de saldos de projectos, se verifica, de novo, disponibilidade financeira, para aquela Região, na medida n.º 3.1, mostra-se conveniente fazer cessar a referida suspensão.

Assim, sob proposta do gestor do Saúde XXI, apresentada nos termos do artigo 29.º, n.º 1, alínea *j*), do Decreto-Lei n.º 54-A/2000,